



A Economia Angolana

O início de um novo capítulo

Research

Dezembro 2017

Desaceleração desde meados de 2014

A economia Angolana tem enfrentado algumas dificuldades no passado recente no seguimento da forte descida no preço do petróleo desde meados de 2014. A menor receita vinda do sector petrolífero durante este período e a necessidade de garantir algum ajuste no défice orçamental levaram a uma queda muito significativa dos níveis de investimento público. Esta estratégia veio ampliar a quebra na actividade económica na medida em que o investimento público continua a ser uma fonte muito importante para o crescimento do sector não-petrolífero, que agora representa cerca de 60% do PIB do país (comparado com menos de 50% há uma década). O PIB real desacelerou para 3% em 2015 e estagnou em 2016. Isto compara com uma média de crescimento anual próxima de 10% na década anterior que fez com que Angola fosse uma das economias com crescimento mais rápido do mundo naquela altura.

Economia

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu

Novo presidente enfrenta os desafios mais imediatos

O último mandato de José Eduardo dos Santos terminou no final de Setembro, mas o ex-presidente mantém-se, por enquanto, como líder do MPLA. O novo presidente de Angola, João Lourenço, espera mudar o rumo do país e enfrentar rapidamente os desafios mais prementes do país, incluindo (1) estabilizar a economia, (2) relançar a actividade económica para poder criar mais emprego e (3) mitigar os problemas sociais mais graves. Desde que tomou posse, João Lourenço também substituiu as chefias do BNA, Sonangol, Endiama e as administrações das três empresas públicas de comunicação social e de outras empresas públicas.

Plano Intercalar de seis meses

O novo governo anunciou recentemente um conjunto de medidas incluídas num Plano Intercalar de seis meses (Outubro 2017 a Março 2018). Estas medidas visam (1) continuar o processo de consolidação orçamental, (2) garantir a sustentabilidade da dívida pública, (3) consolidar e reforçar as políticas monetária e cambial, (4) fortalecer o sistema financeiro, (5) melhorar o ambiente de negócios, produtividade e competitividade das empresas e (6) atrair investimento directo estrangeiro. Também foi anunciada a intenção de vender uma participação de 45% na Angola Telecom a um investidor privado, o que poderá iniciar o processo de privatizações em 2018.

Perspectivas de crescimento dependem de reformas estruturais

A actividade económica deverá melhorar em relação a 2016, à medida que o país se ajusta a preços de crude mais baixos e os níveis de investimento público e consumo privado recuperam. No entanto, o crescimento do PIB não deverá acelerar muito para além dos 1,5%-2% por ano durante 2017-18. As perspectivas de longo-prazo irão depender, em larga medida, da vontade e da capacidade do novo governo de implementar reformas estruturais. Reduzir a dependência do petróleo é fundamental, mas será necessário tomar outras medidas para colocar o país numa trajectória de crescimento mais sustentável. Apesar das medidas anunciadas no Plano Intercalar serem um passo na direcção certa, é prematuro concluir que as mesmas serão um sucesso. A possibilidade de um pacote de ajuda financeira do FMI ainda é mencionada de forma recorrente, mas não é uma certeza. Isto provavelmente traria medidas impopulares (e difíceis) para a população Angolana, incluindo restrições ao aumento dos salários da função pública e uma possível desvalorização do kwanza que teria um impacto ao nível da inflação. No entanto, isto iria reforçar, de forma significativa, a imagem e o compromisso do governo em mudar o rumo do país, o que seria bem visto pelos investidores internacionais.

ACTIVIDADE ECONÓMICA

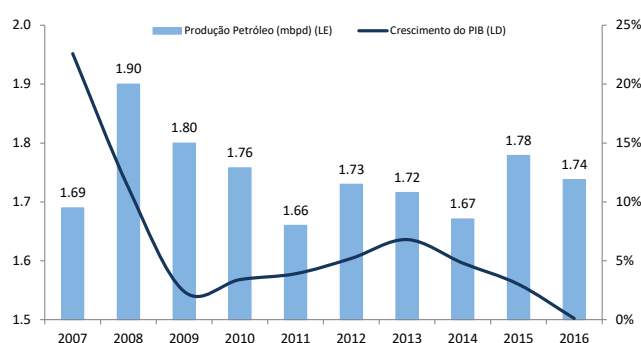
O crescimento do PIB de Angola abrandou de forma significativa desde 2013 em larga medida devido à quebra no investimento público, nomeadamente em projectos que fazem parte do Program de Investimento Público do governo. A estratégia de cortar nos níveis de investimento resultaram do impacto que as menores receitas provenientes do sector petrolífero tiveram nas contas públicas e a necessidade de assegurar algum ajuste fiscal. Contudo, isto veio sacrificar a actividade económica, tendo em conta a relevância do investimento público para o crescimento do sector não-petrolífero.

A forte quebra nos níveis de investimento público tiveram um grande impacto na actividade económica no período 2013-16

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que o sector petrolífero registou taxas de crescimento negativas em todos os anos desde a última crise do petróleo de 2008 à excepção dos anos de 2012 e 2015. Recentemente, o sector foi mais afectado por problemas operacionais incluindo a manutenção de instalações e equipamento, a deterioração dos poços petrolíferos e o atraso na entrada em funcionamento de novos poços. Esta fraca evolução teve um impacto na actividade económica em geral tendo em conta que o país continua muito dependente do crude.

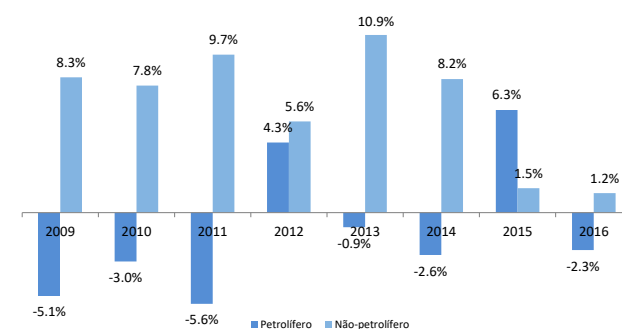
A evolução negativa do sector petrolífero teve um impacto na actividade económica em geral

PRODUÇÃO DE CRUDE E CRESCIMENTO DO PIB



Fontes: Ministério das Finanças e INE.

CRESCIMENTO PIB (PETROLÍFERO E NÃO-PETROLÍFERO)



Fonte: INE.

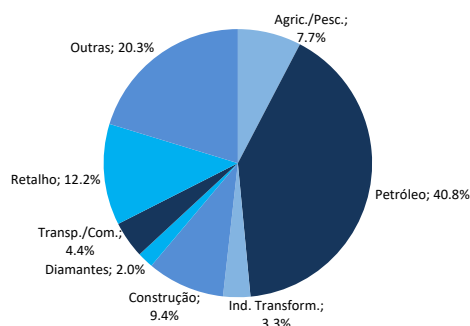
Os últimos dados indicam que a indústria petrolífera em Angola representava pouco mais de 40% do PIB em 2016. Isto compara com uma contribuição superior a 50% há uma década. No entanto, não se pode afirmar que isto resultou de uma estratégia de diversificar a economia, mas que resultou da fraca evolução do sector do petróleo em anos recentes. Os sectores que registaram um maior aumento na sua contribuição para a estrutura do PIB foram a construção, retalho e agricultura. Contudo, à parte do retalho, os outros representam menos de 10% do PIB.

O sector petrolífero representava pouco mais de 40% do PIB em 2016 (compara com mais de 50% há uma década)

De realçar também que a evolução recente da economia Angola fez com que o PIB per capita caísse entre 2014 e 2016. De acordo com o FMI, o PIB per capita era de 3.485 US\$ no final de 2016 (assumindo um crescimento anual da população de 3%). Apesar deste ser um dos níveis mais altos no continente Africano, o PIB per capital em Angola caiu de um máximo próximo dos 5.000 USD em 2013.

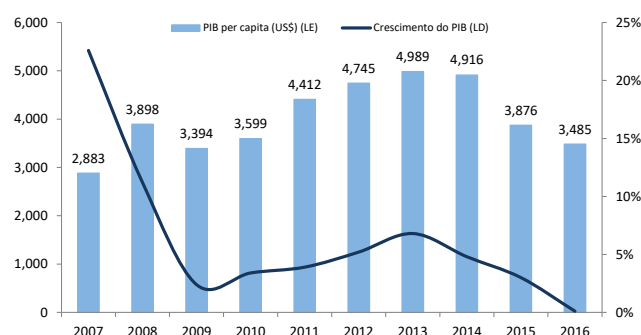
O PIB per capita tem caído no período 2014-16 de um máximo de pouco menos de 5.000 US\$ em 2013

ESTRUTURA DO PIB (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

CRESCIMENTO DO PIB E PIB PER CAPITA



Fontes: INE e FMI (World Economic Outlook, Outubro 2017).

Entretanto, espera-se que a actividade económica melhore um pouco este ano e em 2018, com a recuperação gradual no preço do crude e os níveis de investimento público e consumo privado aumento face ao passado recente. As últimas previsões apontam para um crescimento do PIB em torno dos 1,3% este ano e 1,6% em 2018. Isto compara com uma estagnação registada em 2016. As previsões do FMI apontam para que o crescimento não vá muito além destes níveis no período 2019-22.

Os últimos dados do INE também revelam que, apesar de se manter próximo dos mínimos históricos, o nível de sentimento económico recuperou na primeira metade de 2017 em relação ao final de 2016. Segundo um inquérito às empresas de vários sectores, as melhorias mais significativas registaram-se na construção, indústria extractiva e turismo. A evolução mais positiva no sector da construção deveu-se a um aumento das no livro de encomendas e uma perspectiva mais favorável da actividade futura. As empresas da indústria extractiva estão mais optimistas em relação à produção futura e às exportações nos próximos três meses enquanto que as do turismo estão mais optimistas de uma forma geral.

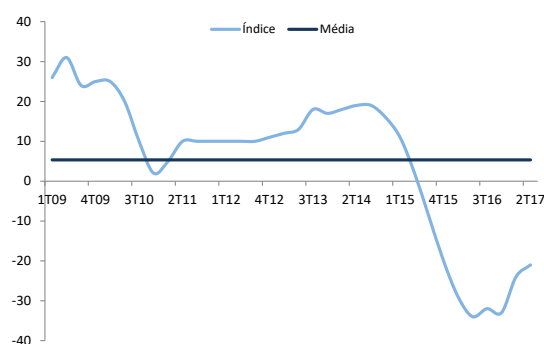
Por outro lado, o inquérito também mostrou uma descida nos níveis de confiança das empresas do sector do retalho, indústria transformadora e transportes no segundo trimestre do ano. As empresas de retalho e de transporte estão mais pessimistas em relação à sua actividade corrente com as últimas também mais pessimistas em relação às perspectivas de emprego. As empresas da indústria transformadora referiram que a actual conjuntura económica tem prejudicado o seu negócio.

A actividade económica deverá recuperar em 2017-18

O sentimento económico melhorou na primeira metade de 2017, com as empresas dos sectores da construção, indústria extractiva e turismo a serem as mais optimistas

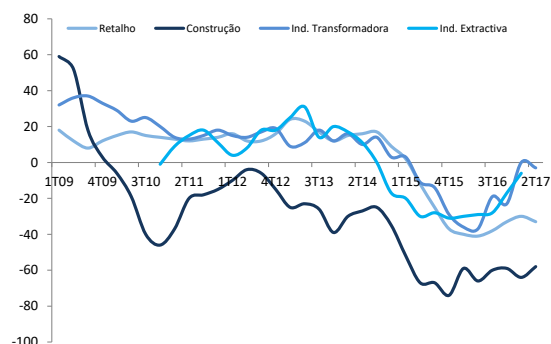
Os níveis de confiança das empresas dos sectores do retalho, indústria transformadora e transportes pioraram

ÍNDICE DE SENTIMENTO ECONÓMICO



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

ÍNDICE DE CONFIANÇA POR SECTOR



Fonte: INE.

INFLAÇÃO

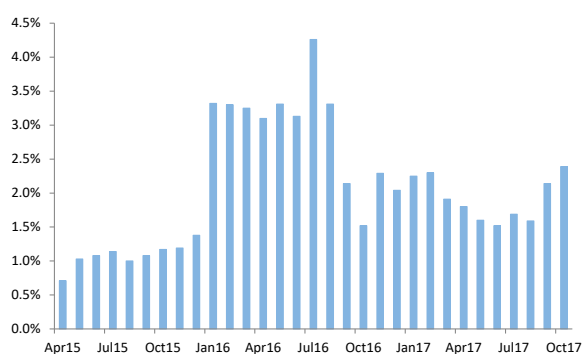
Dados do INE revelaram que a inflação em Angola tem desacelerado de forma gradual este ano depois do forte aumento durante a maior parte de 2016. O índice de preços do consumidor nacional (IPCN) registou a maior subida mensal em Julho 2016 (4,26%). Vários meses do ano registaram também aumentos mensais superiores a 3%. Isto contrasta com variações mensais inferiores a 1% em 2015 e resultou, em larga medida, da forte depreciação do kwanza, da escassez de moeda estrangeira para a importação de bens e serviços, o ajuste gradual no preço de alguns combustíveis e serviços públicos (energia eléctrica e água potável) e do excesso de liquidez.

A inflação mensal caiu para níveis próximos (ou abaixo) dos 2% este ano devido à política monetária mais restrictiva seguida pelo BNA e à maior estabilidade cambial. A inflação deverá continuar a baixar nos próximos tempos. Os últimos dados do IPCN revelaram que os preços subiram 2,39% em Outubro faceo ao mês anterior e a inflação anual terá atingido os 26,25% (vs. 25,18% em Setembro). Isto compara com 41,12% em Dezembro 2016, que foi o nível mais alto em mais de uma década. Prevê-se que a inflação caia para 23% até ao final do ano e que seja de cerca de 18% em 2018 e 15% em 2019.

A inflação tem caído de forma gradual em 2017 depois do forte aumento no ano passado

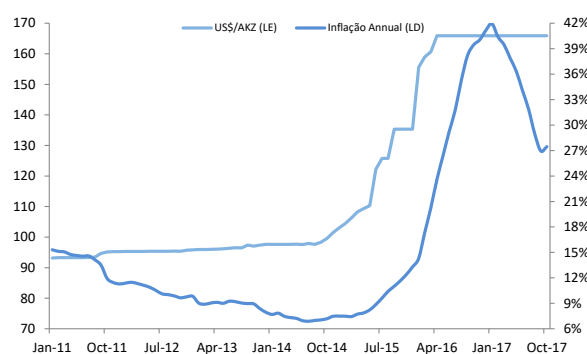
A inflação anual ficou-se pelos 26,25% em Outubro (o que compara com 41,12% em Dezembro 2016)

ÍNDICE DE PREÇOS DO CONSUMIDOR (VARIAÇÃO MENSAL)



Fonte: INE.

TAXA CÂMBIO DO KWANZA E INFLAÇÃO ANUAL

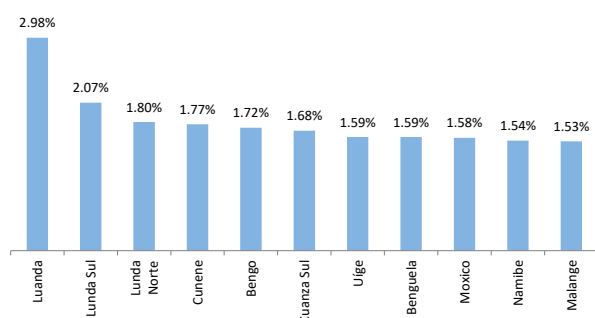


Fontes: BNA e INE.

Dados de Outubro também revelaram que a inflação mensal foi mais alta nas províncias de Luanda (2,98%), Lunda Sul (2,07%), Lunda Norte (1,80%) e Cunene (1,77%). A taxa de inflação mais baixa verificou-se em Malange (1,53%), Namibe (1,54%), Moxico (1,58%) e Benguela (1,59%). Sem surpresa a componente “alimentação e bebidas” registou a subida mais elevada (0,86%) e foi a que mais contribuiu para a variação global no nível dos preços. Seguiram-se as componentes “bens e serviços”, “vestuário e calçado” e “saúde”.

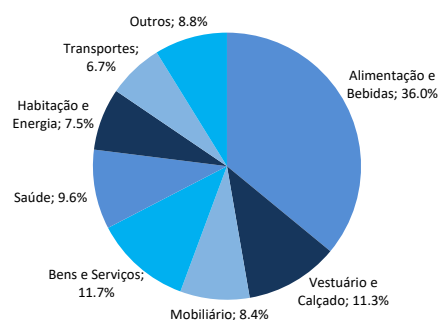
A província de Luanda registou a maior subida mensal em Outubro

VARIAÇÃO MENSAL POR PROVÍNCIA (OUTUBRO 2017)



Fonte: INE.

CONTRIBUIÇÃO PARA INFLAÇÃO MENSAL (OUTUBRO 2017)



Fonte: INE.

POLÍTICA MONETÁRIA

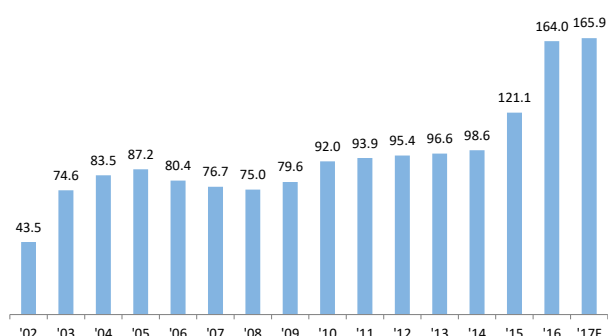
A taxa de câmbio do kwanza esteve sob forte pressão durante 2015-16 devido à queda abrupta do preço do crude, em particular desde o final de 2014, e ao impacto que teve na entrada de divisas em Angola. A moeda local transaccionou a uma taxa média de 121,1 contra o dólar em 2015 e 164 em 2016, o que representa uma depreciação de 22,8% e 35,4%, respectivamente.

O kwanza depreciou-se significativamente face ao dólar durante o período 2015-16

O BNA tentou conter a espiral de depreciação do kwanza, e o seu impacto na inflação, através de uma política monetária mais restritiva. O banco central subiu a taxa BNA cinco vezes em 2015 num total de 200 pb e mais três vezes (+500 pb) no ano passado, aumentando a sua taxa de referência para os 16%, o nível mais elevado dos últimos anos. Também aumentou o nível de reservas obrigatórias dos bancos comerciais por três vezes desde o final de 2014, colocando o requisito nos 30% (vs. 15% anteriormente). Estas condições monetárias mais restritivas ainda permanecem no dia de hoje tendo em conta que a inflação ainda continua elevada.

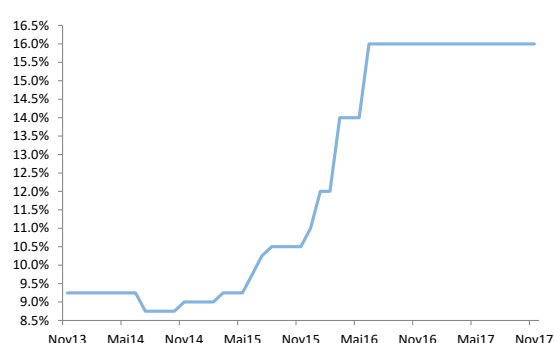
O banco central restringiu de forma significativa as condições monetárias durante este período

TAXA DE CÂMBIO ANUAL MÉDIA (US\$/AKZ)



Fontes: BNA e Eaglestone Securities.

TAXA DE REFERÊNCIA DO BNA



Fonte: BNA.

O BNA também interveio no mercado cambial para defender o kwanza, ajudando a estabilizar a moeda local em torno dos 165 kwanzas por dólar desde meados de 2016. No entanto, isto tem tido um impacto significativo no nível de reservas internacionais no banco central. Os últimos dados revelam que as reservas caíram de US\$ 27,1 mil milhões no final de 2014 para US\$ 15,6 mil milhões em Agosto 2017, uma queda abrupta de 42,4% no período. O nível de reservas internacionais representam actualmente cerca de oito meses de importações, um nível ainda considerado como sendo relativamente confortável.

O nível de reservas internacionais caiu mais de 42,4% desde o final de 2014

Angola também enfrentou uma maior restrição na liquidez de moeda estrangeira que piorou ainda mais depois de vários bancos estrangeiros terem decidido cortar no fornecimento de dólares ao país no final de 2015. Isto resultou numa quebra significativa no montante de divisas fornecidas aos bancos comerciais. O montante de dólares que o BNA vendeu aos bancos locais caiu para apenas US\$ 493 milhões em Janeiro 2016 face a uma média mensal de US\$ 1.457 milhões vendidos durante 2015, uma queda de 66%. As autoridades Angolanas referiram na altura que as divisas estrangeiras eram para ser utilizadas exclusivamente para facilitar aquelas transacções prioritárias, principalmente na indústria petrolífera e para garantir a importação de alguns bens de consumo essenciais.

O BNA reduziu de forma significativa o montante de divisas internacionais vendidas aos bancos locais

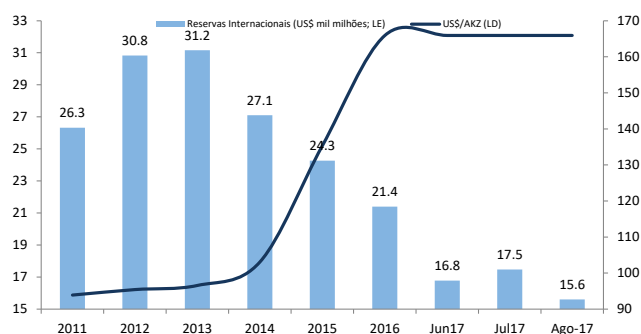
Estas restrições no mercado cambial aumentaram o diferencial entre a taxa de câmbio oficial e a taxa no mercado paralelo, tendo em conta a necessidade que os investidores internacionais e domésticos tinham em repatriar capital ou simplesmente pagar os produtos importados. O câmbio no mercado paralelo chegou a superar os 600 kwanzas por dólar em 2016 e o spread a ultrapassar os 180% face à taxa oficial. Isto compara com um diferencial de cerca de 80% em 2015 e 15% em 2014 antes do início da crise petrolífera. A taxa de câmbio no mercado paralelo está actualmente próximo dos 400 depois de ter chegado aos 340 este ano.

Isto levou a um forte aumento do diferencial da taxa de câmbio oficial e a taxa no mercado paralelo

O BNA também começou a vender euros aos bancos domésticos no início de 2016 e, desde Maio, o euro é a única divisa vendida nos leilões semanais. Os últimos dados do banco central revelam que o valor médio de euros vendidos aos bancos comerciais atingiu perto de mil milhões de euros por mês nos primeiros nove meses de 2017.

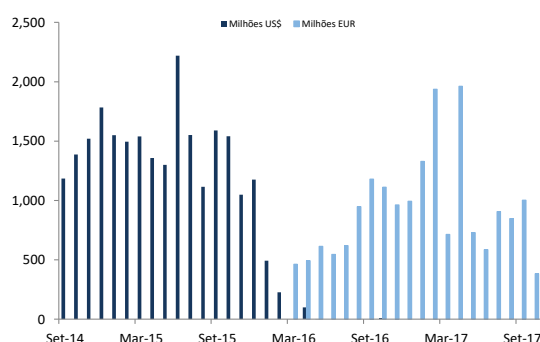
O banco central também deixou de vender dólares e começou a vender apenas euros aos bancos locais a partir de Maio 2016

RESERVAS INTERNACIONAIS E TAXA CÂMBIO (US\$/AKZ)



Fonte: BNA.

VENDA DE DIVISAS AOS BANCOS COMERCIAIS



Fonte: BNA.

Em suma, o BNA (e o seu novo governador, José de Lima Massano) enfrentam alguns desafios nos próximos tempos. Alguns dos mais relevantes incluem (1) melhorar o nível regulatório do BNA e o do sistema financeiro local para os níveis internacionais, (2) restaurar a normal entrada de dólares em Angola provenientes dos bancos correspondents e (3) implementar uma política monetária que faça com que a inflação continue a cair.

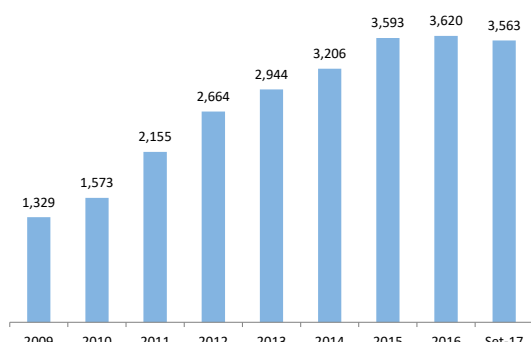
O BNA enfrenta alguns desafios importantes nos próximos tempos

MERCADO DE CRÉDITO

Dados divulgados pelo BNA revelam que o total de crédito fornecido pelos bancos Angolanos cresceu a uma taxa média anual de 18% durante 2009-15, atingindo os AKZ 3.593 mil milhões no final o período. O crescimento do crédito estagnou depois disso, e até caiu ligeiramente para AKZ 3.563 mil milhões em Setembro 2017. A repartição do crédito por sector de actividade indica que os bancos locais emprestaram mais às empresas de retalho (23,9% do total), seguida das empresas imobiliárias (15,9%), particulares (13,6%) e construção (12%).

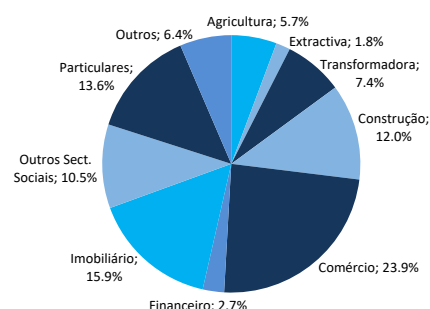
O crescimento do crédito fornecido pelos bancos locais estagnou desde finais de 2015

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO TOTAL (AKZ MIL MILHÕES)



Fonte: BNA.

CRÉDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE (SETEMBRO 2017)



Fonte: BNA.

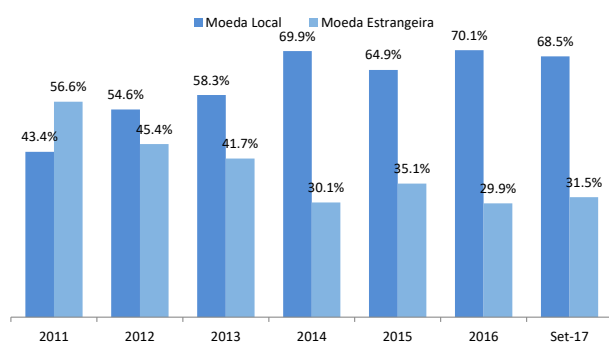
Dados do banco central também revelam que o crédito denominado em kwanzas cresceu mais rapidamente do que o crédito em moeda estrangeira nos últimos anos, representando 68,5% do total do crédito no final de Setembro. Isto compara com 43,4% do total em 2011 e evidencia os esforços implementados nos últimos anos pelas autoridades locais em desdolarizar a economia Angolana e, mais recentemente, a escassez de dólares na economia.

Nos últimos anos, o crédito denominado em kwanzas cresceu mais rapidamente do que o crédito em moeda estrangeira

Entretanto, o juro médio nos empréstimos a um ano cobrado pelos bancos locais aumentou 325 pb de 2013 até finais de Junho 2017, estando nos 16,36%. Por outro lado, a taxa de juro dos depósitos com a mesma maturidade caiu apenas 16 pb no mesmo período para 4,79%. Isto significa que o diferencial das taxas de crédito e depósitos aumentou para 11,57% face a 8,16% em 2013. Este diferencial tem tido um impacto na actividade económica, tendo em conta que representa um forte aumento do custo de capital. Também de acordo com as autoridades locais, isto evidencia que o sector bancário Angolano tem algumas características de oligopólio e precisa de ser reestruturado.

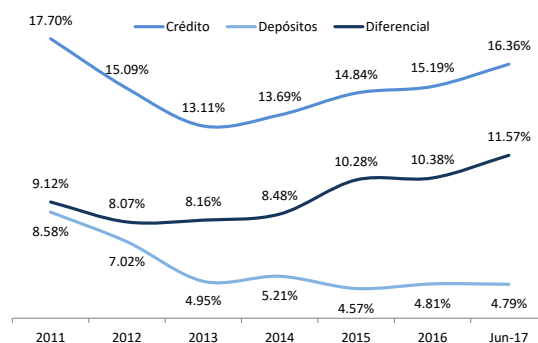
As taxas de juro do crédito têm subido de forma significativa nos últimos anos, aumentando o diferencial face à taxa nos depósitos e penalizando a actividade económica

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO POR MOEDA



Fonte: BNA.

TAXAS DE JURO DO CRÉDITO E DEPÓSITOS



Fonte: BNA.

CONTAS EXTERNAS

Os últimos dados da balança de pagamentos divulgados pelo BNA referem-se a 2016 e revelam um superávit das contas externas de US\$404 milhões (0,4% do PIB). Isto compara com défices de US\$ 3.036 milhões em 2015 e US\$ 3.920 milhões em 2014 (cerca de 3% do PIB em ambos os anos) que reflectem, acima de tudo, o impacto nas contas externas da queda significativa do preço do crude desde meados de 2014. Apesar do preço do crude permanecer baixo em 2016, Angola registou uma melhoria assinalável no seu défice da conta corrente depois do país ter visto uma maior contribuição da balança comercial e uma queda do défice da conta de serviços.

As receitas de exportações caíram cerca de 17% em 2016, mantendo a tendência de queda dos últimos anos. Isto deveu-se, mais uma vez, às menores receitas das exportações de crude, que desceram 17,3% face ao ano anterior após uma forte quebra de 44,7% em 2015. As exportações de crude até subiram 1,4% para 631,5 milhões de barris em 2016 face aos 622,5 milhões no ano anterior. Contudo, o efeito preço pesou mais (o preço médio do crude caiu de 51,4 US\$ em 2015 para 40,6 US\$ no ano passado) do que a subida no nível de exportações. As receitas de exportação de crude representaram 95,6% do total de exportações (vs. cerca de 98% antes do início da crise petrolífera).

Por outro lado, à semelhança de 2015, as importações caíram no ano passado. Isto reflectiu o abrandamento da actividade económica em Angola e, também, as condições mais restritivas em relação a moeda estrangeira no país. Deste modo, as exportações e importações representaram 28,9% e 13,7% do PIB, respectivamente, em 2016. Isto é um nível bastante abaixo dos níveis registados no passado recente, em particular no que diz respeito às exportações.

Também importa salientar a descida do superávit da conta financeira (-12,9%), que resultou da forte quebra no investimento directo estrangeiro (IDE) líquido (-83,5%). Isto deveu-se aos níveis muito mais baixos de IDE no país (-17%) já que o IDE fora de Angola aumento 52% em 2016 depois de ter caído nos dois anos anteriores.

As contas externas de Angola foram ligeiramente positivas em 2016 depois de uma forte descida do défice da conta corrente...

...e também de uma contribuição mais positiva da balança comercial

As exportações e as importações representaram 28,9% e 13,7% do PIB, respectivamente

O IDE líquido caiu de forma significativa em 2016

BALANÇA PAGAMENTOS	US\$ Milhões					Var. Anual		
	2012	2013	2014	2015	2016	2014/13	2015/14	2016/15
Conta Corrente	13,841	8,145	-3,748	-10,273	-3,071	n.m.	174.1%	-70.1%
Balança Comercial	47,389	41,916	30,590	12,489	14,548	-27.0%	-59.2%	16.5%
Exportações	71,093	68,247	59,170	33,181	27,589	-13.3%	-43.9%	-16.9%
Sector Petrolífero	69,716	66,902	57,642	31,895	26,366	-13.8%	-44.7%	-17.3%
Outras	1,377	1,344	1,528	1,286	1,223	13.6%	-15.8%	-4.9%
Importações	-23,704	-26,331	-28,580	-20,693	-13,040	8.5%	-27.6%	-37.0%
Balança de Serviços	-21,364	-21,746	-23,276	-16,020	-11,906	7.0%	-31.2%	-25.7%
Balança de Rendimentos	-12,184	-12,024	-11,061	-6,741	-5,714	-8.0%	-39.1%	-15.2%
Balança de Capital	4	1	2	6	1	166.0%	282.0%	-90.6%
Balança Financeira	-7,282	-9,018	-486	6,921	6,029	-94.6%	n.m.	-12.9%
Invest. Directo Estrangeiro (Líquido)	-9,639	-13,164	-2,331	8,235	1,357	-82.3%	n.m.	-83.5%
Entradas	15,078	14,346	16,543	16,176	13,425	15.3%	-2.2%	-17.0%
Saídas	-24,716	-27,510	-18,875	-7,941	-12,068	-31.4%	-57.9%	52.0%
Erros e Omissões	-2,437	658	312	310	-2,554	-52.6%	-0.8%	n.m.
Balança Global	4,126	-214	-3,920	-3,036	404	1730.6%	-22.6%	n.m.
Valores em % do PIB:								
Conta Corrente	12.0%	6.5%	-3.0%	-10.0%	-3.2%			
Balança Comercial	41.1%	33.6%	24.1%	12.1%	15.3%			
Exportações	61.6%	54.6%	46.7%	32.2%	28.9%			
Importações	20.6%	21.1%	22.5%	20.1%	13.7%			
Balança de Capital	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%			
Balança Financeira	-6.3%	-7.2%	-0.4%	6.7%	6.3%			
Invest. Directo Estrangeiro (Líquido)	-8.4%	-10.5%	-1.8%	8.0%	1.4%			
Balança Global	3.6%	-0.2%	-3.1%	-2.9%	0.4%			

Fontes: BNA e Eaglestone Securities.

Entretanto, de acordo com o Ministério das Finanças, as receitas de exportação de crude estão a melhorar de forma clara em 2017 quando comparado com o ano passado. A tabela abaixo mostra que isto deve-se apenas a um efeito preço, tendo em conta que a exportação de crude tem caído nos primeiros nove meses do ano. Relembre-se que Angola faz actualmente parte dos esforços da OPEP e dos seus parceiros em tentar reequilibrar o mercado mundial de crude através de cortes de produção. Este acordo tem sido implementado desde o início do ano e deverá durar até pelo (pelo menos) Março 2018. O acordo tem feito com que o preço do crude aumentasse cerca de 10% este ano.

As receitas de exportações de crude têm aumentado significativamente este ano devido a uma melhoria do preço

PETRÓLEO	Exportações		Preço Médio		Receita das Exportações	
	Milhões Barris	Var. Anual	US\$/Barril	Var. Anual	Milhões US\$	Var. Anual
2016						
Janeiro	54.7	4.1%	35.9	-39.1%	1,963	-36.6%
Fevereiro	57.2	0.3%	28.8	-34.1%	1,649	-33.9%
Março	48.2	1.2%	30.3	-45.4%	1,458	-44.7%
Abril	56.3	6.0%	36.1	-30.5%	2,030	-26.4%
Maio	52.0	-2.8%	39.9	-30.9%	2,073	-32.9%
Junho	54.1	-0.8%	44.7	-27.7%	2,419	-28.2%
Julho	51.4	-5.4%	46.1	-23.0%	2,367	-27.2%
Agosto	53.9	-5.5%	43.0	-11.5%	2,318	-16.4%
Setembro	56.1	3.0%	44.6	-0.4%	2,503	2.5%
Outubro	47.4	-13.2%	45.4	-0.5%	2,153	-13.6%
Novembro	51.3	66.4%	47.7	2.5%	2,445	70.6%
Dezembro	48.9	-7.5%	44.2	4.9%	2,164	-3.0%
2017						
Janeiro	52.3	-4.5%	52.1	45.2%	2,723	38.7%
Fevereiro	47.3	-17.2%	53.4	85.2%	2,526	53.2%
Março	47.5	-1.5%	53.6	77.1%	2,543	74.5%
Abril	48.6	-13.7%	50.8	40.9%	2,467	21.5%
Maio	50.5	-2.9%	51.4	29.0%	2,596	25.3%
Junho	48.5	-10.4%	49.7	11.1%	2,410	-0.4%
Julho	50.4	-2.0%	45.7	-0.9%	2,299	-2.9%
Agosto	50.0	-7.3%	48.3	12.2%	2,412	4.1%
Setembro	51.8	-7.7%	51.0	14.2%	2,640	5.4%

Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

Dados de 2017 revelam também que a balança comercial de Angola registou um superávit de AKZ 818 mil milhões no segundo trimestre. Isto representa um aumento de 18% em relação ao período homólogo e reflecte uma melhoria de 8,6% das exportações, já que as importações caíram 3,4%. O superávit da balança comercial atingiu assim os AKZ 1.686 mil milhões na primeira metade do ano, aumentando 52,7% face ao mesmo período de 2016.

O superávit da balança comercial de Angola melhorou quase 53% na primeira metade deste ano

BAL. COMERCIAL AKZ Mil Milhões											
	1T 2016	2T 2016	3T 2016	4T 2016	1T 2017	2T 2017	% Trim.	% Anual	1S 2016	1S 2017	% Anual
Exportações	878	1,233	1,412	1,281	1,371	1,340	-2.3%	8.6%	2,111	2,711	28.4%
Importações	466	540	503	515	502	522	3.9%	-3.4%	1,007	1,024	1.8%
Balança Comercial	412	693	909	766	869	818	-5.9%	18.0%	1,104	1,686	52.7%
Exportações											
China	435	433	565	754	858	705	-17.9%	62.9%	868	1,563	80.1%
Espanha	65	46	44	30	50	27	-44.9%	-40.2%	111	77	-30.7%
Índia	65	79	109	78	89	118	31.7%	49.2%	144	207	43.5%
EUA	50	43	87	65	19	35	88.6%	-19.5%	94	54	-42.9%
Itália	15	29	37	37	9	22	154.3%	-21.2%	43	31	-27.6%
Taiwan	30	58	68	48	26	57	119.4%	-1.5%	87	83	-5.0%
África do Sul	37	57	67	68	57	44	-22.2%	-23.4%	95	101	6.0%
Outros	180	488	436	201	264	331	25.7%	-32.2%	668	595	-11.0%
Importações											
Portugal	67	61	74	99	94	90	-4.5%	47.2%	128	185	43.7%
China	71	54	62	66	58	82	42.0%	51.2%	125	139	11.0%
EUA	44	71	63	39	21	42	98.8%	-41.6%	116	63	-45.6%
Brasil	23	21	23	37	30	25	-16.0%	17.2%	45	55	23.1%
África do Sul	19	24	29	34	29	31	8.0%	31.6%	43	60	38.6%
Reino Unido	18	26	18	21	40	13	-67.3%	-49.3%	44	53	21.7%
França	16	19	19	14	18	14	-21.7%	-27.4%	35	32	-8.3%
Bélgica	16	30	23	35	22	21	-7.4%	-30.6%	46	43	-7.1%
Outros	191	233	190	170	190	204	7.3%	-12.5%	424	395	-7.0%

Fontes: INE e Eaglestone Securities.

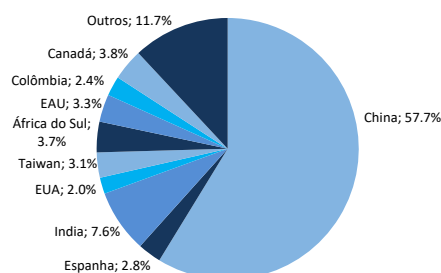
Segundo dados do INE, a China representou mais de metade das exportações Angolanas depois destas terem aumentado 80% nos primeiros seis meses do ano face ao mesmo período de 2016. A contribuição da Índia também aumentou de forma considerável, tornando o país o segundo maior cliente de Angola com 7,6% do total. Por outro lado, de salientar a descida acentuada das exportações para vários países que são dos principais parceiros de Angola, como são os casos de Espanha, EUA e Itália.

A China representou mais de metade das exportações Angolanas na primeira metade de 2017

Portugal continuou a ser o principal país fornecedor de Angola durante a primeira metade de 2017, representando 18% das suas importações, seguido da China com 13,6%. De notar que as importações provenientes dos EUA caíram quase metade durante o período e representavam um modesto 6,1% do total (compara com 11,5% no período homólogo).

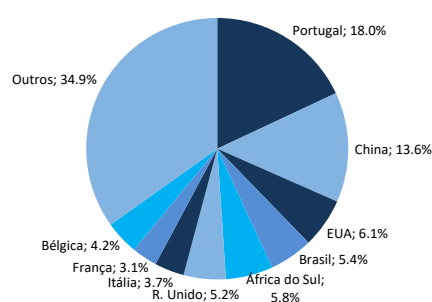
Portugal continuou a ser o principal país fornecedor de Angola

EXPORTAÇÕES POR PAÍS (1º SEMESTRE 2017)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

IMPORTAÇÕES POR PAÍS (1º SEMESTRE 2017)

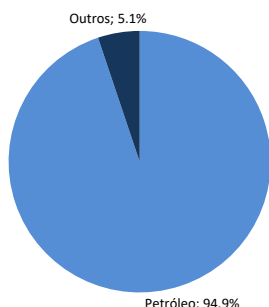


Fontes: INE e Eaglestone Securities.

Em termos de produtos, o petróleo continuou a representar a quase totalidade das exportações Angolanas (94,9% do total). Isto compara com 91,4% nos primeiros seis meses de 2016. A repartição das importações por produto é mais equilibrada. As máquinas representavam cerca de um quarto das importações seguido de produtos agrícolas (13,2%) e químicos (8,9%).

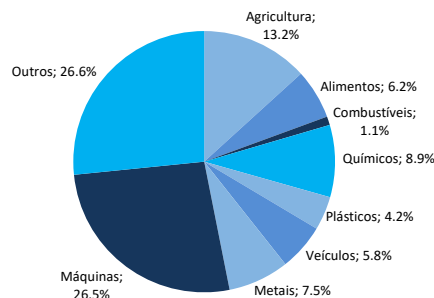
O petróleo representou 94,9% das exportações Angolanas no primeiro semestre de 2017

EXPORTAÇÕES POR PRODUTO (1º SEMESTRE 2017)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

IMPORTAÇÕES POR PRODUTO (1º SEMESTRE 2017)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

CONTAS PÚBLICAS

As contas públicas de Angola têm sido fortemente afectadas pela queda abrupta do preço do petróleo desde meados de 2014. Este impacto é claramente reflectido no nível da receita fiscal dos últimos anos. Em particular, as receitas registaram uma descida acumulada de 40% durante o período 2013-16, com as receitas petrolíferas a caírem quase 65%. A forte quebra da receita petrolífera foi atenuada por uma melhoria da contribuição das receitas não-petrolíferas, que aumentaram 35% em termos acumulados no período. Estas representaram 57% do total das receitas no ano passado, um valor bastante mais alto do que os 25% do total em 2013. De notar as importantes medidas já tomadas pelas autoridades Angolanas no sentido de melhorarem as receitas não-petrolíferas, incluindo (1) alargar a base tributária (está prevista a introdução do IVA em 2019), (2) criar uma agência de gestão de receita pública, (3) reforçar as inspeções fiscais e (4) melhorar a tributação imobiliária.

A forte descida do preço do petróleo teve um grande impacto nas receitas públicas desde 2014

As autoridades Angolanas tentaram limitar o impacto da quebra das receitas através de um corte na despesa pública, especialmente em 2015-16. Olhando novamente para o período 2013-16, o total das despesas caiu 32% em termos acumulados, com as despesas correntes (que representam a maior parte da despesa pública) a caírem 21%. Contudo, foi a forte quebra de 58% nas despesas de capital que tiveram o maior impacto na actividade económica do país e que levaram a um forte desaceleramento do PIB depois de 2013.

As autoridades tentaram limitar o impacto da quebra das receitas ao reduzirem o nível de investimento público, em particular as despesas de capital

O nível de receitas deverá registar uma ligeira recuperação em 2017, à medida que as receitas do sector petrolífero melhoram após as quedas dos últimos anos. Mesmo assim, estima-se que venham a representar uns modestos 15,4% do PIB, muito abaixo dos 40,2% do PIB em 2013.

A receita deverá subir este ano à medida que a receita do sector petrolífero melhora e as despesas

As despesas públicas deverão também subir este ano, impulsionadas por uma melhor evolução nas despesas correntes e de capital. O total das despesas deverá representar cerca de 20% do PIB, o que é quase metade do nível alcançado em 2013-14.

deverão ser impulsionadas por mais despesa corrente e de capital

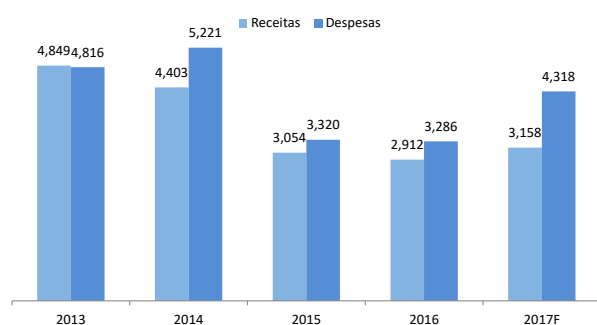
CONTAS PÚBLICAS	AKZ Mil Milhões					Var. Anual			
	2013	2014	2015	2016	2017E	'14 / '13	'15 / '14	'16 / '15	'17 / '16
Receitas	4,849	4,403	3,054	2,912	3,158	-9.2%	-30.6%	-4.6%	8.4%
% do PIB	40.2%	35.3%	24.8%	17.5%	15.4%				
Petrolíferas	3,630	2,970	1,575	1,261	1,583	-18.2%	-47.0%	-19.9%	25.6%
Não-petrolíferas	972	1,128	1,158	1,373	1,310	16.0%	2.6%	18.6%	-4.5%
Outras Receitas	247	305	321	278	264	23.5%	5.4%	-13.3%	-5.2%
Despesas	4,816	5,221	3,320	3,286	4,318	8.4%	-36.4%	-1.0%	31.4%
% do PIB	39.9%	41.9%	26.9%	19.7%	21.1%				
Correntes	3,437	3,666	2,802	2,702	3,553	6.7%	-23.6%	-3.6%	31.5%
Capital	1,379	1,555	518	584	765	12.8%	-66.7%	12.8%	30.9%
Saldo Orçamental	32	-819	-267	-375	-1,160	n.m.	-67.4%	40.5%	209.8%
% do PIB	0.3%	-6.6%	-2.1%	-2.2%	-5.8%				

Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

De um modo geral, a estratégia implementada nos últimos anos de reduzir significativamente o nível de despesa pública para compensar em parte a quebra nas receitas petrolíferas fez com que o défice orçamental passasse de um superávit de 0,3% do PIB em 2013 para défices de 6,6%, 2,1% e 2,2% do PIB nos três anos seguintes. No entanto, conforme referido acima, isto foi feito à custa do crescimento económico, que registou uma forte desaceleração no período. Para 2017, o governo Angolano estima um défice orçamental de 5,8% do PIB.

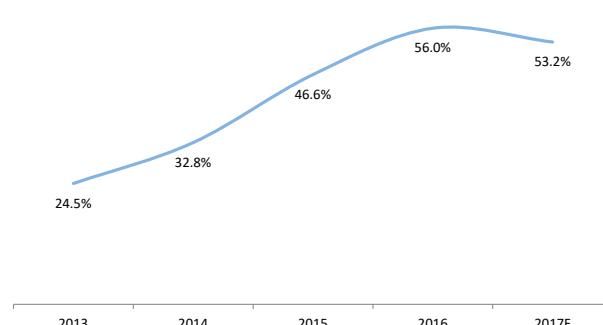
O governo estima que o défice orçamental atinga os 5,8% do PIB em 2017

RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS (AKZ MIL MILHÕES)



Fonte: Ministério das Finanças.

DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)



Fonte: Ministério das Finanças.

Angola tem financiado a maior parte das suas despesas com receitas, nomeadamente do sector petrolífero. Recentemente, o governo tem também recorrido ao mercado de dívida tanto a nível interno como externo para se financiar. Isto é evidente na evolução dos níveis da dívida pública do país. De acordo com o Ministério das Finanças, a dívida pública atingiu um máximo dos últimos anos de 56% do PIB em 2016, mas deverá cair para 53,2% do PIB este ano. Na nossa opinião, isto deverá reflectir uma estabilização da taxa de câmbio do kwanza face ao dólar este ano tendo em conta que mais de metade da dívida do país é denominada em moeda estrangeira.

O rácio de dívida pública deverá cair para os 53,2% do PIB este ano (face a 56% do PIB em 2016)

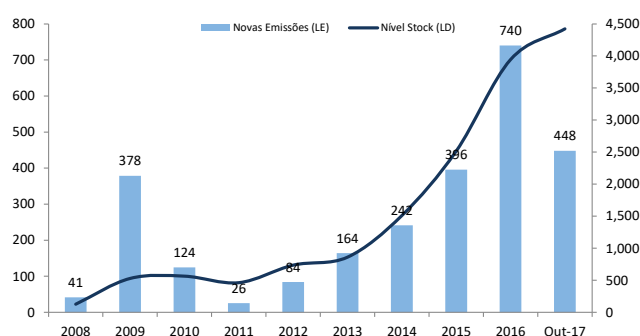
Dados do BNA revelam que a emissão de instrumentos de dívida pública aumentou de forma significativa nos últimos anos. Em particular, o montante de obrigações do tesouro emitidas ao longo de 2016 atingiu os AKZ 740 mil milhões enquanto que o montante de títulos do tesouro chegou aos AKZ 1.689 mil milhões. Isto compara com AKZ 164 mil milhões e AKZ 306 mil milhões, respectivamente, emitidos em 2013 antes do início da crise petrolífera. Após o resgate de parte destes instrumentos, o montante (stock) de obrigações do tesouro era de AKZ 3.944 mil milhões e o de títulos de tesouro era de AKZ 941 mil milhões no final do ano passado.

A emissão de títulos de dívida pública aumentou significativamente nos últimos anos

Os últimos números mostram que a emissão de títulos de dívida pública continuou a crescer a um ritmo elevado nos primeiros 10 meses deste ano, chegando aos AKZ 448 mil milhões (obrigações do tesouro) e AKZ 1.453 mil milhões (títulos do tesouro). Isto fez aumentar o montante (stock) de obrigações do tesouro para AKZ 4.423 mil milhões e títulos do tesouro para AKZ 1.224 mil milhões no final de Outubro.

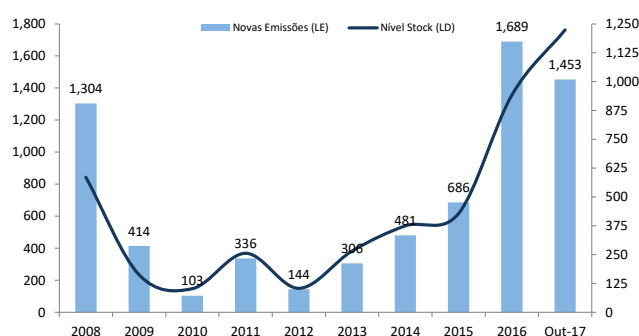
Este cenário manteve-se nos primeiros dez meses de 2017

EMIÇÃO OBRIGAÇÕES DO TESOIRO (AKZ MIL MILHÕES)



Fonte: BNA.

EMIÇÃO TÍTULOS DO TESOIRO (AKZ MIL MILHÕES)



Fonte: BNA.

Entretanto, as taxas de juro medias dos títulos do tesouro com maturidades de três, seis e doze meses emitidos em mercado primário aumentaram significativamente entre a segunda metade de 2015 até ao final do ano passado. Isto evidencia o nível mais elevado de inflação no país durante este período e uma política monetária mais restritiva implementada pelo banco central. Também evidencia o maior prémio de risco exigido pelos investidores, aumentando os custos de financiamento numa altura particularmente difícil para a economia Angolana. As taxas de juro estabilizaram em 2017, mas permanecem em níveis bastante elevados.

Angola também angariou US\$ 1,5 mil milhões na sua estreia de emissões no mercado de Eurobonds no final de 2015. A Eurobond foi emitida a uma taxa de 9,5% e com a maturidade de 10 anos. Na altura da emissão, o Ministério das Finanças referiu que os principais objectivos da operação eram (1) diversificar as fontes de financiamento externo, (2) estabelecer fontes de financiamento de longo-prazo com investidores internacionais, (3) melhorar a avaliação das agências de *rating*, (4) construir uma curva de taxas de juro e (5) possivelmente aumentar o nível de reservas internacionais.

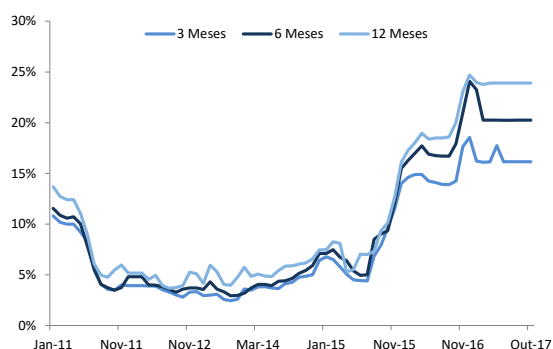
A taxa de juro da Eurobond de Angola atingiu um máximo no final de 2015 e início de 2016, em linha com o que aconteceu com as Eurobonds de outros países Africanos, e voltaram a subir no final do ano passado. No entanto, a *yield* tem mantido uma tendência descendente desde então, estando actualmente próximo dos 7%. Angola está a considerar a possibilidade de emitir uma nova Eurobond no princípio de 2018 (possivelmente em Fevereiro) num montante que poderá rondar os US\$ 2 mil milhões. Espera-se que seja divulgada mais informação sobre esta possível operação no início do novo ano.

As taxas de juro dos instrumentos de dívida emitidos entre a segunda metade de 2015 e o final de 2016 aumentaram para níveis muito elevados

Angola angariou US\$ 1,5 mil milhões na sua primeira emissão de Eurobonds

A yield da Eurobond Angolana tem caído de forma gradual ao longo de 2017 depois de atingir um máximo no final de 2015 e início de 2016

TAXA DE JURO MÉDIA DOS TÍTULOS DO TESOIRO



Fonte: BNA.

TAXA DE JURO DA EUROBOND ANGOLANA



Fonte: Bloomberg.

DOING BUSINESS

Angola tem feito progressos importantes ao longo dos anos no que se refere a tornar mais fácil o ambiente de negócios no país. Em particular, o país está classificado na 175ª posição (em 190 países) no índice geral *Doing Business* do Banco Mundial relativo ao ano 2018. Isto representa uma melhoria face à posição 182 (em 189) no ano anterior. As áreas que mais contribuíram para esta melhoria foram (1) abertura de empresas, (2) obtenção de alvarás de construção, (3) obtenção de electricidade. Dito isto, Angola ainda está atrás da média dos países da África Subsaariana em todos os indicadores incluídos no relatório, conforme descrito em baixo.

Angola classificou-se na 175ª posição (em 190 países) no relatório Doing Business do Banco Mundial relativo a 2018

RELATÓRIO "DOING BUSINESS"	Angola				África Subsaariana	
	2015	2016	2017	2018	2017	2018
Classificação geral	183	181	182	175	142	142
Abertura de empresas (classificação)	174	141	144	134	125	125
Número de procedimentos	8	8	8	7	7.8	7.6
Tempo (dias)	66	36	36	36	26.4	24.0
Custo (% do rendimento per capita)	118.8	22.5	27.5	17.4	51.4	49.9
Capital mínimo (% do rendimento per capita)	20.0	18.9	0.0	0.0	33.8	25.6
Obtenção de alvarás de construção (classificação)	105	108	111	80	132	129
Número de procedimentos	10	10	10	10	14.5	15
Tempo (dias)	203	203	203	173	155.6	147.5
Custo (% do valor do armazém)	0.5	0.5	0.6	0.5	7.6	9.9
Obtenção de electricidade (classificação)	167	166	171	165	150	148
Número de procedimentos	7	7	7	7	5.3	5.3
Tempo (dias)	145	145	145	121	120.4	115.3
Custo (% do rendimento per capita)	660.0	615.0	1,195.7	990.1	3,872.5	3,737.0
Registo de propriedade (classificação)	166	169	170	172	132	131
Número de procedimentos	7	7	7	7	6.2	6.2
Tempo (dias)	190	190	190	190	57.0	59.3
Custo (% do valor da propriedade)	3.0	2.9	3.0	2.9	8.2	7.8
Obtenção de crédito (classificação)	180	181	181	183	116	115
Índice de poder de direitos legais (0-12)	1	1	1	1	5.1	5.1
Índice de detalhe da informação de crédito (0-8)	0	0	0	0	2.6	3.0
Cobertura do registo de crédito (% dos adultos)	1.8	3.3	1.9	1.9	7.1	6.3
Comércio internacional (classificação)	180	181	183	180	137	137
Duração para exportar: cumprimento fronteiriço (horas)	240	240	240	192	104	100
Custo para exportar: cumprimento fronteiriço (US\$)	735	735	735	825	585	592
Tempo p/ exportar: cumprimento da documentação (horas)	169	169	169	169	93	88
Custo para exportar: cumprimento da documentação (US\$)	240	240	240	240	227	215
Duração para importar: cumprimento fronteiriço (horas)	276	276	276	96	145	136
Custo para importar: cumprimento fronteiriço (US\$)	935	935	935	1,030	670	687
Tempo p/ importar: cumprimento da documentação (horas)	180	180	180	180	108	103
Custo para importar: cumprimento da documentação (US\$)	460	460	460	460	321	300
Execução de contratos (classificação)	185	185	186	186	131	128
Tempo (dias)	1,296	1,296	1,296	1,296	656.9	656.8
Custo (% do reclamação)	44.0	44.4	44.4	44.4	44.8	44.0
Índice de qualidade dos processos judiciais (0-18)	4.5	4.5	4.5	4.5	6.4	6.5
Resolução de insolvência (classificação)	189	189	169	168	123	125
Número de anos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	3.0	2.9
Custo (% da propriedade)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	23.1	22.7
Taxa de recuperação (cêntimos por cada US\$)	0.0	0.0	0.0	0.0	20.5	20.3
Força do quadro de insolvência (0-16)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	6.3	6.2

Fonte: Banco Mundial.

Segundo o Banco Mundial, algumas das reformas feitas pelo país nos últimos anos foram nas seguintes áreas: (1) obtenção de alvarás de construção; (2) obtenção de electricidade; (3) comércio internacional; (4) abertura de empresas; (5) pagamento de impostos; e (6) regulação do mercado de trabalho. No ano que terminou a 1 de Junho de 2017, Angola tornou mais fácil a obtenção de alvarás de construção ao melhorar o único sistema de obtenção desse alvarás, obter electricidade através do melhoramento da rede eléctrica de Luanda, o que encurtou o tempo necessário para fazer estudos de viabilidade a novas ligações, e tornou mais fácil o comércio internacional através do melhoramento das infraestruturas do Porto de Luanda.

O país tem feito reformas importantes nos últimos anos

Antes disso, Angola tornou mais fácil a abertura de uma empresa ao eliminar o requisito de capital mínimo exigido e o pagamento de impostos mais fácil e barato ao reduzir a regularidade dos pagamentos antecipados de impostos das empresas e aumentando as deduções permitidas para provisões para crédito. O país tornou também o imposto sobre o rendimento dos juros um imposto final não dedutível para o cálculo do imposto sobre empresas.

As reformas foram em áreas como obtenção de alvarás de construção, obtenção de electricidade e comércio internacional

Em termos de legislação laboral, Angola adoptou uma nova lei do trabalho que reduziu o

Angola também adoptou

prémio salarial para trabalho extraordinário e nocturno e aumentou o prémio para trabalho no período semanal de férias. A legislação estendeu a duração máxima dos contratos a prazo e fez com que estes contratos possam ser utilizados para tarefas permanentes. A lei também veio reduzir a indemnização dos empregados despedidos com cinco e dez anos de actividade contínua e aumentou a indemnização para empregados com um ano de actividade contínua.

*uma nova legislação
laboral*

Entretanto, a última informação disponível revela que o valor total dos projectos do sector privado aprovados pelas autoridades Angolanas atingiram os US\$ 21 mil milhões entre 2016 e o primeiro semestre deste ano. O director da Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP) referiu recentemente à imprensa que este montante corresponde a 42 projectos que já têm contrato assinado com a UTIP e que estão actualmente a ser implementados em diversas regiões do país. Estes projectos têm várias fases de implementação que variam entre os 34 e 36 meses, dependendo da dimensão do projecto. Apesar da desaceleração económica, a UTIP acredita que continua a haver um interesse crescente do sector privado em investir em Angola.

*42 contractos avaliados em
US\$ 21 mil milhões já
foram assinados com o
sector privado entre 2016 e
o primeiro semestre deste
ano*

Em suma, melhorar o ambiente de negócios é crucial para fortalecer o papel do sector privado e promover a diversificação económica do país.

*Diversificar a economia
através do melhoramento
do ambiente de negócios*

PLANO INTERCALAR (OUTUBRO 2017 A MARÇO 2018)

O governo anunciou um conjunto de medidas que pretende implementar num período de seis meses (Outubro 2017 a Março 2018) para tentar corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e enfrentar os desafios mais urgentes do país. Os desafios resumem-se a alcançar a estabilidade macroeconómica, instaurar um clima de crescimento económico e geração de emprego e mitigar os problemas sociais mais prementes. Neste Plano Intercalar, o governo acredita ser fundamental proceder a um diagnóstico do estado actual da economia e elaborar um plano credível e eficiente baseado em políticas monetárias e fiscais a serem implementadas neste período de seis meses.

*O governo pretende
implementar um conjunto
de medidas durante um
período de seis meses para
corrigir os desequilíbrios
macroeconómicos e
enfrentar os desafios mais
urgentes do país*

Entre outras coisas, este plano pretende (1) continuar o processo de consolidação orçamental, (2) garantir a sustentabilidade da dívida pública, (3) consolidar e fortalecer as políticas monetária e cambial, (4) fortalecer o sistema financeiro, (5) melhorar o ambiente de negócios, produtividade e competitividade das empresas e (6) atrair investimento directo estrangeiro.

*O plano intercalar aborda
temas como consolidação
orçamental,
sustentabilidade da dívida e
política monetária*

As medidas para controlar e melhorar a eficiência da despesa pública incluem:

*Medidas para controlar e
melhorar a eficiência das
despesas públicas*

- Controlar os gastos com subsídios a preços;
- Rever os benefícios de ex-governantes;
- Implementar um plano para otimizar os orçamentos das representações diplomáticas e consulares;
- Finalizar o recadastramento dos trabalhadores da função pública;
- Reduzir as transferências para instituições sem fins lucrativos em 50% face a 2016;
- Reduzir as despesas em bens e serviços em 30% face aos valores do OGE 2017;
- Reajustar as tarifas de electricidade e água;
- Concentrar o investimento público nos projectos estruturantes provedores de bens públicos e promotores da diversificação da economia;
- Explorar as parcerias público-privadas nos investimentos em infraestruturas e na oferta de bens públicos e semi-públicos essenciais;
- Continuar o programa de regularização de atrasados;
- Continuar o processo de reestruturação do sector empresarial público;
- Dar continuidade à reforma do Estado;
- Implementar o Quadro Fiscal de Médio-prazo para assegurar uma trajectória de sustentabilidade fiscal;
- Rever o quadro institucional e legal das contas existentes de reservas do Tesouro financiadas por recursos petrolíferos, conferindo mais clareza no seu funcionamento.

O governo pretende implementar as seguintes medidas para melhorar as receitas tributárias:

*Medidas para melhorar as
receitas tributárias*

- Aumentar as taxas de imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas, casas nocturnas, jogos e lotarias, produtos de luxo e serviços prestados pelas entidades externas;
- Aumentar o imposto sobre as importações através da revisão do regime de isenções, regulação da dívida aduaneira de entidades públicas e eliminação do regime de regularização à posterior das obrigações aduaneiras;
- Actualizar o quadro de isenções tributárias e otimizar o imposto industrial por forma a equilibrar as necessidades fiscais do presente e do futuro, bem como promover a produção e o emprego;
- Implementar as acções necessárias para a aplicação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) no OGE 2019;
- Propôr a aprovação da nova pauta aduaneira;
- Adoptar o princípio da cobrança de impostos segundo o método indiciário para as actividades da economia informal e semiformal.

No que diz respeito à dívida pública, o governo pretende fazer o seguinte:

*Medidas para controlar os
níveis de dívida pública*

- Negociar o reescalonamento da dívida com os principais parceiros bilaterais;
- Preparar um roadshow para a emissão de Eurobonds (que provavelmente terá lugar no final de Fevereiro 2018);
- Alargar a base de investidores em títulos do Tesouro;
- Rever a Lei das PPPs;
- Reduzir gradualmente o peso dos títulos indexados na carteira do Estado;
- Desenvolver e aprovar um calendário de comunicação com o mercado;
- Concluir a análise de sustentabilidade da dívida.

O governo também anunciou um conjunto de medidas relativo às políticas monetária e cambial a serem seguidas pelo BNA, incluindo:

*Medidas de política
monetária e cambial*

- Adoptar um regime cambial de flutuação administrada dentro de uma banda compatível com a meta de inflação e o nível de reservas internacionais líquidas que assegure, pelo menos, oito meses de importação;
- Implementar, transitoriamente, as seguintes medidas: (1) passar para os leilões livres as operações privadas (viagens, assistência familiar, ensino e saúde) e para bens não essenciais; (2) efectuar pagamentos de importações só por via de cartas de crédito e (3) proibir transferências para destinos considerados como paraísos fiscais;
- Reavaliar o coeficiente para as reservas em moeda estrangeira e a posição cambial dos bancos comerciais em relação aos fundos próprios regulamentares;
- Implementar um programa de investimentos em títulos do Tesouro pelo BNA em posse de empresas do sector produtivo.

As medidas incluídas no Plano Intercalar para fortalecer o sistema financeiro incluem:

*Medidas para fortalecer o
sistema financeiro*

- Implementar o cronograma para o reforço da competitividade e consolidação do sistema financeiro nacional;
- Melhorar a relação com os bancos correspondentes;
- Aumentar o requisito mínimo de capital próprio dos bancos comerciais;
- Promover o mercado de acções por via da privatização em bolsa de empresas de referência (acreditamos que as empresas públicas dos sectores das telecomunicações, energia e serviços, incluindo banca, possam ser as primeiras a serem privatizadas);
- Avaliar a vulnerabilidade de todos e cada um dos bancos comerciais por via de diferentes métodos de avaliação e testes de stress;

- Implementar ajustamentos regulamentares, tecnológicos e institucionais, necessários para a viabilização de emissões de obrigações corporativas;
- Proceder a um balanço do impacto da actividade da Recredit;
- Actualizar o quadro de regulamentação e supervisão de seguros;
- Implementar novos mecanismos de supervisão do sistema financeiro.

Entretanto, o governo pretende melhorar o ambiente de negócios e também a produtividade e competitividade das empresas do país. Para tal, prevê avaliar e submeter uma proposta para a Lei da Competitividade à Assembleia Nacional para que o processo de diversificação da economia possa avançar mais rapidamente. O governo também pretende adoptar um novo regime de concessão de vistos e autorizações de residência que irá ajudar a promover o investimento directo estrangeiro e atrair mão de obra qualificada para o país. Alguns dos principais sectores que o governo visa atrair investimento são a agricultura, agroindústria, pescas, indústria transformadora e extractiva. De um modo geral, o objectivo é melhorar a classificação de Angola no *ranking* Doing Business, nomeadamente em áreas como começar uma empresa, resolver assuntos legais, combater o crime económico e corrupção e simplificar o processo de registo de propriedade.

As autoridades Angolanas pretendem também melhorar o ambiente de negócios e aumentar a produtividade e competitividade

As autoridades Angolanas também visam aumentar o nível de exportações e substituir algumas importações por produção local. Pretende-se, deste modo, reduzir o custo e a burocracia no processo de desalfandegamento e conduzir estudos para baixar as tarifas portuárias e, também, alinhar os preços do país aos padrões internacionais. O governo também quer melhorar as redes de logística e distribuição para as áreas principais do país em termos de agricultura e indústria, combater o tráfico de combustíveis e aprovar e publicar a nova pauta aduaneira harmonizada.

O governo espera aumentar o nível de exportações e substituir algumas importações por produção local

Finalmente, o governo espera aumentar a produção do sector não-petrolífero, nomeadamente em áreas como agricultura, pescas, hotéis e turismo, construção, indústria transformadora e comércio. Também pretende reforçar a actividade do sector do petróleo através da revisão da legislação existente, ou aprovação de novas leis, bem como de direitos de exploração de outros campos e prospecção de novos campos.

Pretende também aumentar a produção nos sectores não-petrolífero e petrolífero

ANEXO – PREVISÕES ECONÓMICAS

PREVISÕES ECONÓMICAS	2011	2012	2013	2014	2015F	2016	2017E	2018E	2019E
Produto Interno Bruto (crescimento anual)									
PIB real	3.9%	5.2%	6.8%	4.8%	3.0%	0.1%	1.3%	1.6%	1.4%
Sector petrolífero	-5.6%	4.3%	-0.9%	-2.6%	6.3%	-2.3%	0.6%	0.2%	0.8%
Sector não-petrolífero	9.7%	5.6%	10.9%	8.2%	1.5%	1.2%	1.6%	2.9%	2.0%
PIB (preços correntes, AKZ mil milhões)	9,780	11,011	12,056	12,462	12,321	15,596	20,575	24,660	28,534
PIB (preços correntes, US\$ mil milhões)	104.1	115.3	124.9	126.8	103.0	95.3	124.0	138.2	140.3
População (milhões)	23.6	24.3	25.0	25.8	26.6	27.4	28.2	29.0	29.9
PIB per capita (US\$)	4,412	4,745	4,989	4,916	3,876	3,485	4,401	4,763	4,692
Investimento (% do PIB)									
Investimento	12.9%	14.9%	14.7%	15.3%	9.6%	8.4%	7.8%	6.7%	6.7%
Poupança líquida	25.5%	26.9%	21.4%	12.4%	-0.4%	3.3%	3.1%	2.2%	2.0%
Sector externo									
Exportação de bens e serviços (crescimento anual)	-5.4%	3.8%	0.1%	-2.1%	6.7%	2.0%	1.2%	2.2%	0.5%
Importação de bens e serviços (crescimento anual)	10.1%	8.2%	9.3%	11.4%	-21.7%	-23.1%	18.4%	2.9%	2.0%
Balança corrente (% do PIB)	12.6%	12.0%	6.7%	-3.0%	-10.0%	-5.1%	-4.8%	-4.5%	-4.7%
Sector petrolífero									
Produção (milhões de barris)	605.7	633.2	626.3	610.2	649.5	634.4	642.4	643.7	648.8
Produção (milhões de barris por dia)	1.66	1.73	1.72	1.67	1.78	1.74	1.76	1.76	1.78
Preço (US\$ por barril)	110.1	111.6	107.7	96.9	50.0	40.9	48.4	55.0	57.0
Índice de preços no consumidor									
Inflação (média anual)	13.5%	10.3%	8.8%	7.3%	10.3%	32.4%	30.9%	20.6%	14.0%
Inflação (final do período)	11.4%	9.0%	7.7%	7.5%	14.3%	41.9%	23.4%	17.6%	15.0%
Contas públicas (% do PIB)									
Receitas	48.8%	45.9%	40.2%	35.3%	27.3%	18.7%	17.1%	16.6%	17.2%
Despesas	40.2%	41.3%	40.5%	41.9%	30.6%	23.7%	23.9%	22.1%	21.2%
Saldo orçamental	8.7%	4.6%	-0.3%	-6.6%	-3.3%	-5.0%	-6.8%	-5.5%	-4.0%
Dívida pública (bruta)	33.8%	29.5%	32.9%	40.7%	65.4%	75.8%	65.1%	66.0%	67.1%
Investimento estrangeiro e reservas									
Investimento directo estrangeiro líquido (US\$ milhões)	-5,116	-9,639	-13,164	-2,331	8,235	1,357	641	1,250	1,500
Reservas internacionais líquidas (US\$ milhões)	26,321	30,828	31,154	27,101	24,266	20,807	19,000	21,200	22,500
Reservas internacionais líquidas (em meses de importações)	6.4	7.1	8.1	6.2	8.0	10.5	8.8	9.0	9.0
Taxa de câmbio									
Taxa de câmbio (média, AKZ/US\$)	93.9	95.4	96.6	98.6	121.1	164.0	165.9	190.8	219.4
Taxa de câmbio (final do período, AKZ/US\$)	95.3	95.8	97.6	102.9	135.3	165.9	165.9	190.8	219.4
Nominal Exchange Rate (change)	2.1%	102.1%	202.1%	302.1%	402.1%	502.1%	602.1%	702.1%	802.1%

Fontes: Autoridades Angolanas, Banco Mundial, FMI e Eaglestone Securities.

Disclaimer

This document has been prepared by Eaglestone Advisory Limited which is authorised and regulated by the Financial Conduct Authority of the United Kingdom and its affiliates ("Eaglestone"), and is provided for information purposes only.

The information and opinions in this document are published for the assistance of the recipients, are for information purposes only, and have been compiled by Eaglestone in good faith using sources of public information considered reliable. Although all reasonable care has been taken to ensure that the information contained herein is not untrue or misleading we make no representation regarding its accuracy or completeness, it should not be relied upon as authoritative or definitive, and should not be taken into account in the exercise of judgments by any recipient. Accordingly, with the exception of information about Eaglestone, Eaglestone makes no representation as to the accuracy or completeness of such information.

This document does not have regard to specific investment objectives, financial situation and the particular needs of any specific recipient. Recipients should seek financial advice regarding the appropriateness of investment strategies discussed or recommended in this document and should understand that the statements regarding future prospects may not be realised. Unless otherwise stated, all views (including estimates, forecasts, assumptions or perspectives) herein contained are solely expression Eaglestone's research department.

This document must not be considered as an offer to sell or a solicitation to buy any investment instrument and distribution of this document does not oblige Eaglestone to enter into any transaction. Nothing in this document constitutes investment, legal, tax or accounting advice. The opinions expressed herein reflect Eaglestone's point of view as of the date of its publication and may be subject to change without prior notice

This document is intended for is made to and directed at (i) existing clients of Eaglestone and/or (ii) persons who would be classified as a professional client or eligible counterparty under the FCA Handbook of Rules and Guidance if taken on as clients by Eaglestone and/or (iii) persons who would come within Article 19 (investment professionals) or Article 49 (high net worth companies, trusts and associations) of the Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotions) Order 2001 and/or (iv) persons to whom this communication could otherwise be lawfully made in the United Kingdom or by respective home jurisdictions regulators for non UK countries. None of the investments or investment services mentioned or described herein are available to "private customers" as defined by the rules of the Financial Conduct Authority ("FCA"). It should not be disclosed to retail clients (or equivalent) and should not be distributed to others or replicated without the consent of Eaglestone. Eaglestone name and the eagle logo are registered trademarks.

Additional information is available upon request.



AMSTERDAM - Herengracht 450-454 1017 CA - T: +31 20 240 31 60

CAPE TOWN - 22 Kildare Road Newlands 7700 - T: +27 21 674 0304

JOHANNESBURG -Unit 4, Upper Ground, Katherine & West 114 West Street, Sandton – T: +27 11 326 6644

LISBON - Av. da Liberdade, 105, 3rd Floor - T: +351 21 121 44 00

LONDON - 48 Dover Street - T: +44 20 7038 6200

LUANDA - Rua Marechal Brós Tito n° 35/37 - 13th Floor A - Kinaxixi, Ingombotas - T: +244 222 441 362

MAPUTO – Avenida Vladimir Lenine – Edifício Millennium Park, Torre A, n° 174, 4º andar S - T: +258 21 342 811

Disclosures

Eaglestone was founded in December 2011 with the aim to be a committed partner for the development of businesses located primarily in Sub-Saharan Africa and to support the development of renewable energy projects on a global basis.

The company has three business activities - financial advisory services, asset management and brokerage - and currently has offices in Amsterdam, Cape Town London, Lisbon, Luanda and Maputo

Eaglestone is committed to operating and behaving according to the highest standards of corporate governance. Its subsidiary in the United Kingdom is authorized and regulated by the Financial Conduct Authority.

Eaglestone operates with a clear vision and mission to act on behalf of and in the best interests of all its stakeholders, whether they are investors, employees or users of its services.

EAGLESTONE SECURITIES

Business Intelligence

Caroline Fernandes Ferreira

(+351) 211 214 430

caroline.ferreira@eaglestone.eu

Research

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 211 214 431

tiago.dionisio@eaglestone.eu